



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS ARCOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA OU
PROFISSIONAL

Arcos
Setembro de 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS ARCOS

Reitor:	Kléber Gonçalves Glória
Pró-reitor de pós-graduação:	Neimar de Freitas Duarte
Diretor geral do campus:	Márcio Rezende Santos
Diretor de ensino:	Niltom Vieira Junior
Coordenador do curso:	Niltom Vieira Junior
Vice coordenadora do curso:	Cláudia Maria Soares Rossi

Comissão para elaboração do Projeto Político de Curso (PPC)

Representante docente:	Niltom Vieira Junior
Representante docente:	Márcio Rezende Santos
Representante docente:	Carlos Bernardes Rosa Junior
Representante do setor pedagógico:	Cláudia Maria Soares Rossi
Representante da pró-reitoria de ensino:	Lucas Alves Marinho

Colegiado do curso

Representante do corpo docente:	Niltom Vieira Junior
Representante do corpo docente:	Márcio Rezende Santos
Representante do corpo docente:	Andressa Giarola Alves
Representante do corpo administrativo:	Cláudia Maria Soares Rossi
Representante de outra área (outro <i>campus</i>):	Ronan Daré Tocafundo
Representante da pró-reitoria de ensino:	Lucas Alves Marinho
Representante discente:	A definir

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO.....	5
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	6
3. APRESENTAÇÃO.....	7
4. JUSTIFICATIVA	8
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	10
5.1 Objetivos gerais.....	10
5.2 Objetivos específicos.....	10
6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO	11
7. FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	14
8. ESTRUTURA DO CURSO	15
8.1 Do corpo docente e linhas de atuação.....	15
8.2 Prazo de integralização e organização curricular.....	16
8.3 Da oferta de disciplinas e orientação a distância.....	17
8.4 Metodologia de ensino	17
8.5 Do trabalho de conclusão de curso.....	17
8.6 Do ensino contextualizado.....	19
8.7 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	19
8.8 Da emissão do certificado	20
8.9 Do colegiado de curso	20
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
APÊNDICE A – DISCIPLINAS DO CURSO	24
APÊNDICE B – CALENDÁRIO ACADÊMICO	37
APÊNDICE C – REGULAMENTO DO CURSO.....	38

1. DADOS DO CURSO

Denominação do curso	Pós-Graduação em Docência
Qualificação conferida	- Especialista em Docência na Educação Básica; ou - Especialista em Docência na Educação Profissional.
Ênfases	- Educação Básica; - Educação Profissional.
Nível	Pós-Graduação <i>lato sensu</i>
Modalidade de ensino	Educação à Distância
Carga horária	540 h
Área de conhecimento	Ensino-aprendizagem (CAPES: 70804001 / CNPq: 7.08.04.00-1) Ensino profissionalizante (CAPES: 70807078 / (CNPq: 7.08.07.07-8)
Regime escolar	Semestral
Numero de vagas	Mínimo de: 20 vagas por ano ¹
Início	2018/1
Endereço do curso	Avenida Juscelino Kubitschek, s/n, Distrito Industrial II, Arcos (MG), 35.588-000
Forma de ingresso	Processo seletivo institucional (anual)
Público alvo	Professores da educação básica e profissional
Ato legal de autorização	Autorizado pela resolução n. 51/2017 do Conselho Superior do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG, 2017).

¹ Anualmente, mediante autorização do colegiado de curso, o número de vagas para cada área pode ser alterado em função do corpo docente credenciado.

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram formados a partir dos antigos CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica), EAF's (Escolas Agrotécnicas Federais) e algumas escolas técnicas ou colégios federais vinculados às universidades. Estas antigas unidades da rede federal foram agrupadas regionalmente, transformadas em *campi* e passaram a ser geridas por reitorias, conforme a lei n. 11.892/2008 (BRASIL, 2008), tendo por objetivo a verticalização do ensino com oferta de cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos profissionalizantes (subsequentes ou, preferencialmente, integrados na proporção de 50% das vagas institucionais), cursos de formação docente (licenciaturas ou pós-graduação, na proporção de 20% das vagas) e bacharelados, superiores de tecnologia ou engenharias (na proporção de 30%).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi constituído pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos CEFET's Ouro Preto e Bambuí e de suas unidades descentralizadas de Congonhas e Formiga, respectivamente.

A partir de então, diversos outros *campi* foram criados e integrados ao IFMG, tendo a unidade de Arcos, na condição de *campus* avançado, iniciado a oferta de cursos no segundo semestre de 2016.

Atendendo a uma demanda social, a prefeitura municipal 2013/2016 intermediou a cessão da estrutura física, que outrora pertenceu à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), para o IFMG. Além disso, via lei municipal, propiciou o custeio, durante os 4 primeiros anos, excetuando-se os recursos humanos, para o funcionamento da unidade.

Esta expressiva parceria entre todos os envolvidos foi essencial para que este *campus*, desde sua gênese, apresentasse elevado potencial para constituir-se como um centro de excelência, atendendo ainda as finalidades do Instituto Federal de Minas Gerais, dentre as quais se destacam: o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais de cada região onde atua; a promoção, a integração e verticalização do ensino, da educação profissional à pós-graduação; e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Por esta ótica, tem-se claro que a missão do IFMG de educar e qualificar cidadãos críticos, criativos e éticos para que se tornem agentes de transformação social, se faz presente também no *campus* Arcos.

3. APRESENTAÇÃO

O curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica ou Profissional, aqui apresentado, revela importante elemento de verticalização do ensino no IFMG Arcos, reforçando o papel social dos Institutos Federais no país. Além disso, atende explicitamente aos propósitos da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) e as resoluções CNE/CEB nº 06 de 2012 (BRASIL, 2012) e CNE/CP nº 02 de 1997 (BRASIL, 1997), no tocante à formação pedagógica de professores para a educação básica e profissional.

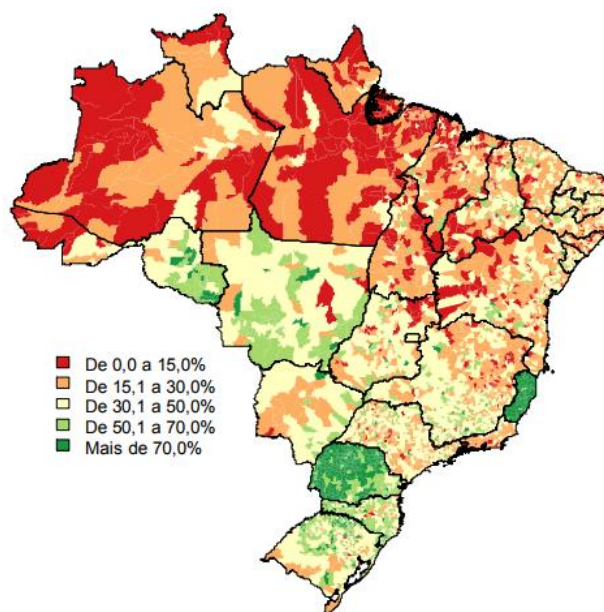
Neste curso, além das características metodológicas específicas, a serem mais bem discutidas ao longo desse projeto, dá-se especial incentivo à produção científica, item obrigatório de seu currículo. Assim, o egresso além de aperfeiçoar a melhoria nos processos de ensino-aprendizagem para a sua prática profissional, terá exercitado sua maturidade científica tornando-se apto para continuidade dos estudos em outros níveis, por exemplo, em cursos *stricto sensu*.

4. JUSTIFICATIVA

O *campus* Arcos do Instituto Federal de Minas Gerais possui estrutura física privilegiada contando, atualmente, com dois prédios que somam 38 dependências entre salas de aula, laboratórios de informática, biblioteca, gabinetes de estudo, seções administrativas e estúdios de rádio e TV destinados à EaD.

Tais condições permitem o atendimento a uma demanda elevada no contexto regional, estadual e nacional: a formação docente. Segundo o censo escolar da educação básica – estatísticas de 2016 – 22,5% dos docentes em atuação na educação básica não possuem sequer nível superior completo. Em relação a pós-graduação, o quadro é também preocupante: o mapa censitário do Ministério da Educação indica que no estado de Minas Gerais há predominância de regiões onde de 50% à 85% dos docentes não deram continuidade aos estudos a nível de pós-graduação, chegando a localidades específicas onde essa taxa se aproxima de zero (INEP, 2017).

Figura 1 – Professores da educação básica com pós-graduação.



Fonte: INEP (2017).

Estes dados refletem preocupação na ótica de diversos autores como, por exemplo, na concepção de Alberto (2009) que enfatiza que “o professor precisa se valer de um saber-fazer contínuo e **refletido**” (grifo nosso), obtido a partir da formação continuada e não apenas da prática do magistério.

Além disso, é importante salientar que esta proposta de capacitação, ao se adequar à resolução CNE/CEB nº 06 de 2012 (BRASIL, 2012), a exemplo do que já acontece em outros Institutos Federais, atenderá uma demanda induzida do IFMG e da própria Rede Federal de Educação Profissional, no que diz respeito à qualificação pedagógica do seu corpo docente que, em elevada escala, possui bacharéis e tecnólogos, sem formação específica, atuando na educação profissional.

5. OBJETIVOS DO CURSO

O curso é destinado, prioritariamente, aos professores (i) de educação básica e de cursos profissionalizantes das redes estaduais e municipais de ensino, licenciados e/ou bacharéis; e aos professores (ii) de instituições federais de educação profissional, bacharéis e/ou tecnólogos.

5.1 Objetivos gerais

O objetivo fundamental do curso é propiciar, além de uma sólida formação conceitual, o aperfeiçoamento dos saberes pedagógicos necessários a melhor atuação docente na prática da sala de aula. Além disso, a metodologia proposta busca desenvolver habilidades científicas necessárias para a formação do professor-pesquisador, possibilitando, assim, sua contínua busca pelo aprimoramento profissional.

5.2 Objetivos específicos

Propiciar aos docentes da educação básica regular, saberes que envolvam:

- O uso de métodos inovadores de ensino mediante novas experimentações;
- A legislação e os processos de gerenciamento e implantação de cursos ou módulos em EaD (Educação à Distância);
- Políticas inclusivas e a educação especial no contexto brasileiro;
- A organização e gestão de instituições de ensino.

Propiciar aos docentes da educação profissional, saberes que envolvam:

- A história e a estrutura de funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira;
- A legislação da educação brasileira, em especial, a legislação da EPT;
- A educação profissional como instrumento de inclusão social e de democratização do acesso à educação;
- A reflexão sobre as estratégias de acesso, permanência e êxito na EPT.

6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO

As orientações complementares aos parâmetros curriculares nacionais, para as ciências da natureza e matemática (PCN+), sugerem que “as situações de aprendizagem devem se desenvolver a partir das experiências significativas [...], pois, elas levam a construir, mais facilmente, ideias a respeito dos fenômenos” (BRASIL, 2002a). Essa premissa incentivou o debate perante as práticas e a contextualização do ensino como método formativo no curso aqui proposto.

De igual maneira, os PCN+ para ciências humanas destacam que “diferentemente das características necessárias para a nova escola, a tradição escolar tem sido [...] compartimentar disciplinas em ementas estanques, e em atividades padronizadas, de passividade imposta em função dos métodos adotados” (BRASIL, 2002b). Fato motivador para que a inovação na sala de aula, mediante o uso de novas tecnologias e novos comportamentos do professor, fossem trazidos à discussão.

Complementarmente, as orientações vistas no PCN+ para linguagens e códigos, dentre outras, chamam atenção para o fato de que a “investigação e compreensão possibilitam a convergência das competências gerais [...] com a área de Ciências da Natureza e Matemática [...] e a convergência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias com a área de Ciências Humanas” (BRASIL, 2002c). Deste modo instituiu-se, no âmbito desse curso, um trabalho de conclusão investigativo que, necessariamente, realize experiências práticas na sala de aula integrando os saberes adquiridos.

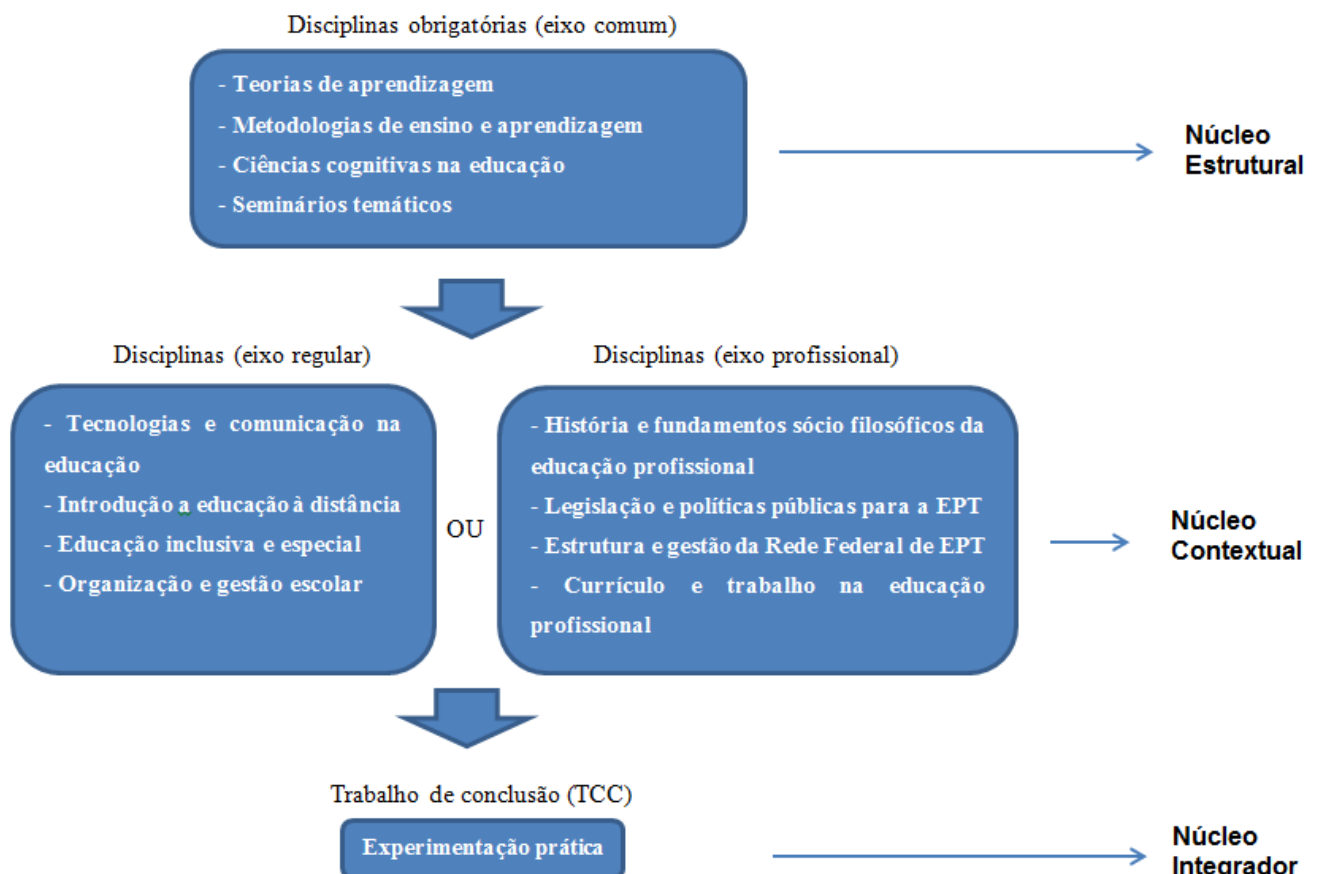
Por outro lado, a Resolução CNE/CP nº 02, de 26 de junho de 1997 (BRASIL, 1997), que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, dispõe sobre uma estruturação curricular articulada em três núcleos:

- a) NÚCLEO CONTEXTUAL, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.
- b) NÚCLEO ESTRUTURAL, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.
- c) NÚCLEO INTEGRADOR, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

Por esta razão, o **núcleo estrutural** formativo deste projeto é comum a todos os estudantes e sua concepção leva em consideração a importância de aspectos teóricos, legais e estudos sociais e humanos capazes de embasar a prática docente. Em seguida, após o eixo comum, o estudante opta por um **núcleo contextual** (ensino regular ou ensino profissional), de modo a conhecer os processos históricos, políticos, socioculturais e filosóficos pertinentes a cada um desses modelos de formação – que representará a ênfase escolhida para certificação.

Ao fim do ciclo formativo, de modo a integrar a formação adquirida com a prática e os problemas da sala de aula, os estudantes realizam uma intervenção e/ou experimentação em campo, analisam seus resultados e os divulgam, na forma de artigo científico, para realimentar o sistema teórico-prático-científico de atuação docente de modo **integrador**.

Figura 2 – Núcleos norteadores do curso.



Fonte: os próprios autores.

Quanto à carga horária, adotar-se-á o uso de 320h em componentes curriculares teóricos (disciplinas)², acrescidas de 220h em práticas/intervenções (trabalho de conclusão), o que totaliza 540h. A carga horária prevista está em conformidade com os dispositivos legais existentes que balizam a proposição deste curso (BRASIL, 1997 e 2007).

² Para certificação como especialista são necessárias quatro disciplinas do eixo comum somadas a quatro disciplinas de um dos eixos complementares (regular ou profissional), conforme escolha do estudante. Entretanto, o estudante poderá cursar disciplinas isoladas da ênfase não prioritária para o seu curso regular, as quais serão certificadas como “Curso de Formação Continuada”.

7. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Para o ingresso no curso de Pós-Graduação em Docência o candidato deverá apresentar diploma de conclusão do ensino superior reconhecido ou documento equivalente; e ser classificado, dentre as vagas disponíveis para cada área, através de processo seletivo institucional.

Tal seleção será realizada por prova de conhecimentos gerais e específicos e/ou análise de projeto e currículo do candidato, conforme critérios definidos pelo colegiado de curso. Podendo haver, para atendimento à Resolução CNE/CEB nº 06/2012, processo seletivo alternativo para seleção do corpo docente do IFMG.

8. ESTRUTURA DO CURSO

8.1 Do corpo docente e linhas de atuação

O curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência atuará nas áreas de concentração definidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Áreas de concentração.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE ATUAÇÃO	CANDIDATOS APTOS
Ensino regular	Ciências da natureza e matemática	Bacharéis ou licenciados em biologia, física, química e matemática.
	Linguagens e códigos	Bacharéis ou licenciados em letras, educação física, artes e informática.
	Ciências humanas	Bacharéis ou licenciados em filosofia, geografia, história, sociologia e pedagogia.
Ensino profissional	Educação profissional (EP)	Tecnólogos ou bacharéis em engenharias, computação, estatística, gestão e áreas afins, em efetivo exercício na docência da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ³ .

Fonte: os próprios autores.

A proporção de vagas anuais para cada linha de atuação será definida conforme o corpo docente credenciado a cada ano. Para a sua primeira oferta, o corpo docente aprovado pelo colegiado do curso encontra-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Corpo docente.

Nome	Titulação	Campus de origem
Andressa Giarola Alves	mestrado	Arcos
Cláudia Maria Soares Rossi	mestrado	Arcos
Cláudio Alves Pereira	mestrado	Formiga
Fabício Ademar Fernandes	doutorado	Arcos
Lucas Alves Marinho	mestrado	Governador Valadares
Márcio Rezende Santos	mestrado	Arcos
Niltom Vieira Junior	doutorado	Arcos
Ronan Daré Tocafundo	doutorado	Congonhas

Fonte: os próprios autores.

³ Havendo vagas, candidatos licenciados podem também se candidatar a essa área de concentração.

8.2 Prazo de integralização e organização curricular

Os prazos mínimo e máximo de integralização são, respectivamente, 18 e 24 meses, sendo os critérios específicos definidos no regulamento do curso (Apêndice C).

O curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica ou Profissional tem regime de matrícula semestral sendo que, para conclusão do curso, é necessária aprovação em todas as disciplinas e a publicação de artigo referente ao “Trabalho de conclusão de curso”. As disciplinas e atividades obrigatórias do curso são vistas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 3 – Estrutura curricular do ciclo teórico.

	Eixo comum		CARGA HORÁRIA
1º SEMESTRE	Metodologias de ensino e aprendizagem		40 h
	Prof. Niltom Vieira		
	Ciências cognitivas na educação		40 h
	Prof. Andressa Alves		
	Teorias de Aprendizagem		40 h
	Prof. Cláudia Alves		
	Seminários temáticos		40 h
Prof. Niltom Vieira			
2º SEMESTRE	Eixo regular	Eixo profissional	
	Tecnologias e comunicação na educação	História e fundamentos sócio filosóficos da educação profissional	40 h
	Prof.: Niltom Vieira	Prof.: Fabrício Fernandes	
	Introdução a educação à distância	Legislação e políticas públicas para a EPT	40 h
	Prof. Ronan Tocafundo	Prof. Márcio Rezende	
	Educação inclusiva e especial	Estrutura e gestão da Rede Federal de EPT	40 h
	Prof. Cláudia Rossi	Prof.: Márcio Rezende	
	Organização e gestão escolar	Currículo e trabalho na educação profissional	40 h
	Prof. Cláudio Alves	Prof. Lucas Alves Marinho	
TOTAL EM DISCIPLINAS			320 h

Fonte: os próprios autores.

Quadro 4 – Estrutura curricular do ciclo prático.

		TRABALHO DE CONCLUSÃO	CARGA HORÁRIA
3° SEMESTRE	9	Elaboração de artigo científico	220 h
		Prof.: conforme o orientador individual	

Fonte: os próprios autores.

As ementas e referências bibliográficas para cada disciplina estão apresentadas no Apêndice B.

8.3 Da oferta de disciplinas e orientação a distância

Todas as disciplinas e a orientação são inteiramente à distância (exceto quando haja disponibilidade entre orientadores e alunos). No mínimo, uma avaliação para cada disciplina será presencial⁴.

8.4 Metodologia de ensino

O ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* será utilizado como veículo principal de atividades assíncronas para o ensino, informes, divulgação de material de estudo, atividades avaliativas, etc. O *YouTube* e/ou outras plataformas institucionais que vierem a ser instaladas, por sua vez, armazenarão vídeo-aulas e/ou demais mídias importantes para o curso.

Outras ferramentas gratuitas poderão também ser utilizadas como, *Hangout on air* e *websalas* da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), *webchats* e grupos de discussão em redes sociais.

Além disso, o *campus* dispõe de dois estúdios de rádio e TV com isolamento acústico, que ficarão a disposição dos docentes para gravação de vídeoaulas.

8.5 Do trabalho de conclusão de curso

Uma vez concluídas todas as disciplinas de caráter pedagógico do curso, os estudantes deverão, conforme sua área específica de formação (Quadro 1) realizar uma atividade de pesquisa em campo, na educação básica ou profissional, com levantamento de dados.

⁴ Esta regra pode ser flexibilizada a critério do Colegiado de Curso.

Esta atividade, que se caracterizará como trabalho de conclusão, deverá, por exemplo, envolver intervenções, experimentação de novas metodologias de ensino e avaliação, análises comportamentais durante o ensino-aprendizagem e afins.

Ficará a cargo do orientador definir os procedimentos de avaliação e acompanhamento do trabalho prático, cujos dados experimentais deverão ser apresentados na forma de artigo científico, que deverá ser submetido a periódico com avaliação Qualis/CAPES B5, ou superior, nos estratos “ensino” ou “interdisciplinar”.⁵ Esta estratégia objetiva:

- i) especializar de fato a prática profissional, essencial numa formação *lato sensu*, de modo a integrar os conhecimentos teóricos e práticos;
- ii) divulgar os resultados obtidos, de modo a colaborar e expandir com as boas práticas de ensino e inovações metodológicas;
- iii) elevar o padrão de qualidade para certificação dos egressos, atestado via pareceres externos de revistas científicas;
- iv) elevar os índices de produtividade do curso, de modo a possibilitar a oferta de um curso *stricto sensu* futuro.

A publicação do artigo em periódico científico dispensa o estudante da defesa pública do trabalho de conclusão de curso. Apenas para os casos em que houver rejeição dos pareceristas externos, outros mecanismos de conclusão serão aceitos, conforme regulamento do curso (Apêndice C).

Fica instituído o comitê de ética em pesquisa institucional, sediado na sede do IFMG, para elaboração de pareceres, sempre que necessário.

⁵ A coordenação do curso divulgará, a cada ano, de modo sugestivo, uma lista referencial com periódicos científicos cujos processos de avaliação demandam menor tempo.

8.6 Do ensino contextualizado

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996) ressalta a importância de “estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Ainda na LDB, quanto aos princípios da educação nacional, consta a “valorização da experiência extra-escolar” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (BRASIL, 1996).

Estas exigências também ganham forma nos parâmetros curriculares para o ensino médio (BRASIL, 2002a), que deixam claro a importância de “situações de aprendizagem que tenham sentido para o aluno”, promovendo uma “contextualização sociocultural como forma de aproximar o aluno da realidade”.

Deste modo, além do estudo formal destas características no próprio ementário deste curso⁶, é sugerido ao corpo docente da Pós-Graduação em Docência que preconize o uso de exemplos, exercícios e desafios que incitem a aplicação da ciência em estudos de caso, contextualizações práticas ou aprendizagem baseada em problemas. Ressalta-se que esta é uma demanda induzida pelo próprio perfil profissional do egresso e, deste modo, o curso de especialização em si não pode se omitir a esta prerrogativa.

8.7 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

Em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (IFMG, 2017), no que tange à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o conceito do trabalho prático, aqui exigido para conclusão do curso, une estas características na medida em que:

- 1) promove a aprendizagem por descoberta e investigação (portanto, a pesquisa) durante a realização do trabalho de conclusão em campo;
- 2) exige que a parte experimental ocorra junto às escolas de educação básica, atendendo especificamente a uma demanda externa para melhoria do ensino (portanto, a extensão).

⁶ Na disciplina “Metodologias de ensino e aprendizagem”.

8.8 Da emissão do certificado

Fará jus ao certificado de especialista em Docência na Educação Básica ou Educação Profissional o aluno que for aprovado em todas as disciplinas e obtiver parecer favorável para publicação do artigo ou cumprir outros mecanismos de conclusão previstos no regulamento do curso (Apêndice C).

O trâmite para emissão dos certificados seguirá o previsto no regulamento de ensino do IFMG (IFMG, 2016), no regimento de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do IFMG (IFMG, 2010), no regimento interno do *campus* Arcos e demais normas internas aplicáveis.

8.9 Do colegiado de curso

As normas para funcionamento, assim como atribuições dos colegiados de curso estão descritas no regulamento de ensino do IFMG (IFMG, 2016) e nas definições internas do Conselho Acadêmico do IFMG Arcos que versam sobre o tema.

O colegiado de curso, órgão de papel administrativo e deliberativo para todas as questões relativas ao curso, docentes e discentes, se reunirá, presencial ou remotamente, no mínimo duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por solicitação de 50% mais um de seus membros. As decisões colegiadas serão válidas quando houver presença mínima de 50% mais um, por maioria simples de votos (sendo o voto do presidente computado apenas em caso de empate).

O presidente do colegiado, também coordenador(a) do curso, é responsável pela interlocução entre o curso, alunos, docentes e a diretoria de pós-graduação (ou órgão equivalente), sendo o agente integrador de todos os atores envolvidos para o bom funcionamento do curso de pós-graduação. Seu mandato e regras para sua escolha entre os pares são regidas por normas do Conselho Acadêmico.

Todas as decisões colegiadas são registradas em atas amplamente divulgadas junto à comunidade acadêmica, prioritariamente, no sítio eletrônico do *campus*, promovendo transparência aos trâmites internos e à gestão do curso.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a constante necessidade de aprimoramento das políticas, diretrizes e aspectos pedagógicos da educação, visualizando, em especial, o alinhamento com as demandas sociais do país, este projeto pedagógico de curso não se configura como documento final e acabado. Ao contrário, prima-se pela constante discussão pela sua melhoria, sendo propostas adequações e revisões, sempre que pertinente.

Deste modo, espera-se que as novas tecnologias e metodologias de ensino, sempre acompanhadas de embasamento científico, quebrem paradigmas e transformem a educação no país, neste caso particular, no que tange inclusive à educação básica e profissional.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Simão. A profissão docente e a formação continuada. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC Paraná. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2682_1291.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da república**, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Presidência da república**, Brasília, DF, dez. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1 de 8 de julho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. **Câmara de educação superior**, Brasília, DF, jun. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2 de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. **Conselho pleno**, Brasília, DF, jun. 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 6 de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. **Câmara de educação básica**, Brasília, DF, set. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2002a.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2002b.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagens, códigos e suas tecnologias. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2002c.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. **Resolução n. 51 de 14 de setembro de 2017**. Aprova a criação do curso de Pós-Graduação em Docência com Ênfase na Educação Básica ou Profissional, Belo Horizonte, MG, set. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. **Resolução n. 54 de 14 de setembro de 2017**. Plano de Desenvolvimento Institucional. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, set. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. Resolução n. 022/2010. Dispõe sobre a aprovação do regimento dos cursos de pós-graduação lato sensu do IFMG. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, jul. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. Resolução n. 030/2016. Dispõe sobre a aprovação do regulamento de ensino dos cursos de graduação do IFMG. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, dez. 2013.

APÊNDICE A – DISCIPLINAS DO CURSO

EIXO COMUM

1º Período		
Código: METODOEN	Disciplina: METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: Discutir as tendências contemporâneas de ensino. A aprendizagem baseada em problemas: aspectos teóricos e práticos. Ensino contextualizado: aspectos teóricos e práticos. Os estilos de aprendizagem e perfis comportamentais.</p>		
<p>Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as metodologias emergentes de ensino.</p>		
<p>Objetivos específicos: Desenvolver o senso crítico para adaptações metodológicas na sala de aula, compartilhando a responsabilidade pela aprendizagem com o estudante.</p>		
<p>Bibliografia básica: BARONE, L. M. C.; ANDRADE, M. S. Aprendizagem contextualizada. São Paulo: Casa do psicólogo, 2012. (Biblioteca virtual). RIBEIRO, L. R. C. Aprendizagem baseada em problemas: PBL uma experiência no ensino superior. São Carlos, Edufscar, 2008. CASTANHEIRA, M. L. Aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula. São Paulo: Autentica, 2004.</p>		
<p>Bibliografia complementar: ALMEIDA, L. W.; SILVA, K. P.; VERTUAN, R. E. Modelagem matemática na educação básica. São Paulo: Contexto, 2012 (Biblioteca virtual). ARAUJO, M. B. Ensaio sobre a aula: narrativas e reflexões da docência. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. Ensaio: aval. pol. públ. educ., v. 22, n. 83, p. 263-294, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017. FESTAS, M. I. F. A aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas. Educ. pesq., v. 41, n. 3, p. 713-728, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0713.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017. VIEIRA JUNIOR, N. Planejamento de um ambiente virtual de aprendizagem baseado em interfaces dinâmicas e uma aplicação ao estudo de potência elétrica. 2012. Tese (Doutorado em engenharia elétrica) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012.</p>		

1º Período		
Código: COGNI	Disciplina: CIÊNCIAS COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO	Carga horária: 40 h
Ementa: Teorias conexionistas e cognitivas: princípios básicos. As Ciências Cognitivas: histórico de evolução. As contribuições das ciências exatas ao cognitivismo. Noções de desenvolvimento cognitivo. O paradoxo computacional e a teoria do processamento da informação: representações analógicas e proposicionais. A teoria dos modelos mentais.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais características das ciências cognitivas aplicadas à educação.		
Objetivos específicos: Compreender a teoria e a prática do estudo dos modelos mentais.		
Bibliografia básica: VIEIRA JUNIOR, N. Planejamento de um ambiente virtual de aprendizagem baseado em interfaces dinâmicas e uma aplicação ao estudo de potência elétrica. 2012. Tese (Doutorado em engenharia elétrica) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. AMBIEL, R A. M.; RABELO, I. S.; PACANARO, S. V.; ALVES, G. A. S.; LEME, I. F. A. S. Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo: casa do psicólogo, 2011 (Biblioteca virtual). MIOTTO, E. C.; LUCIA, M. C. S.; SCAFF, M. Neuropsicologia e as interfaces com as neurociências. São Paulo: casa do psicólogo, 2007 (Biblioteca virtual).		
Bibliografia complementar: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: casa do psicólogo, 2008 (Biblioteca virtual). AZZI, R. G.; GIANFALDONI, M. H. T. A. Psicologia e educação. São Paulo: casa do psicólogo, 2011 (Biblioteca virtual). PILETTI, N.; ROSSATO, S. M.; ROSSATO, G. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: contexto, 2014 (Biblioteca virtual). CÓRIA-SABINI, M. A. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Ática, 1997 (Biblioteca virtual). BARROS, C. S. G. Pontos de psicologia escolar. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2007 (Biblioteca virtual). BARROS, C. S. G. Pontos de psicologia do desenvolvimento. 12ª. Ed. São Paulo: Ática, 2008 (Biblioteca virtual).		

1º Período		
Código: APREND	Disciplina: TEORIAS DE APRENDIZAGEM	Carga horária: 40 h
Ementa: Introdução às obras de alguns autores cognitivistas: Bruner, Piaget, Vygotsky, Kelly, Rogers e Ausubel. Análise teórica e possíveis implicações práticas.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais correntes filosóficas sobre aprendizagem.		
Objetivos específicos: Possibilitar o uso de teorias de aprendizagem como embasamento teórico para o planejamento de novas metodologias.		
Bibliografia básica: MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem . 2ª. Ed. São Paulo: EPU, 2011. MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: teoria e textos complementares . São Paulo: livraria da física, 2011. IVIC, I. Lev Semionovovich Vygotsky . Recife: Massangana, 2010 (livro de domínio público).		
Bibliografia complementar: MUNARI, A. Jean Piaget . Recife: Massangana, 2010 (livro de domínio público). ZIMRING, F. Carls Rogers . Recife: Massangana, 2010 (livro de domínio público). BRUNER, J. Sobre o conhecimento . São Paulo: Phorte editora, 2008. FRIEDMAN, H. S.; SCHUSTACK, M. W. Teorias da personalidade: da teoria clássica à pesquisa moderna . São Paulo: Prentice Hall, 2004 (Biblioteca virtual). STOLTZ, T. As perspectivas construtivistas e histórico-cultural na educação escolar . Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). CASTORINA, J. A.; FERREIRO, E.; LERNER, D.; OLIVEIRA, M. K. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate . São Paulo: Ática, 1995 (Biblioteca virtual).		

1º Período		
Código: SEMIN	Disciplina: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	Carga horária: 40 h
Ementa: Realização de palestras, por docentes convidados, e seminários temáticos, pelos próprios estudantes, com foco em: filosofia da educação, educação de jovens e adultos, avaliação da aprendizagem e outros.		
Objetivos gerais: Manter-se atualizado perante temas e áreas de pesquisa em desenvolvimento.		
Objetivos específicos: Conhecer novos métodos e processos científicos aplicados no ensino.		
Bibliografia básica: Documentários, artigos, teses e dissertações relativos ao tema.		
Bibliografia complementar: Documentários, artigos, teses e dissertações relativos ao tema.		

ÊNFASE EDUCAÇÃO BÁSICA

2º Período		
Código: TECNO	Disciplina: TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: O computador no contexto educacional: história, política e tecnologia. Objetos de aprendizagem (OA's): definições, características, padrões, qualidade e repositórios. Desenvolvimento de OA's: aspectos cognitivos e pedagógico. Tecnologias inclusivas.</p>		
<p>Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais características para o uso de tecnologias na educação.</p>		
<p>Objetivos específicos: Compreender a importância do planejamento didático-metodológico para o desenvolvimento de objetos de aprendizagem.</p>		
<p>Bibliografia básica: VIEIRA JUNIOR, N. Planejamento de um ambiente virtual de aprendizagem baseado em interfaces dinâmicas e uma aplicação ao estudo de potência elétrica. 2012. Tese (Doutorado em engenharia elétrica) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. Vol. 1. São Paulo: Pearson, 2009 (Biblioteca virtual). VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários. Caxias do Sul: Educs, 2010 (Biblioteca virtual).</p>		
<p>Bibliografia complementar: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. Vol. 2. São Paulo: Pearson, 2012 (Biblioteca virtual). SACCOL, A.; SCHLEMMER, E.; BARBOSA, J. m-learning e u-learning. São Paulo: Pearson, 2011 (Biblioteca virtual). MATTAR, J. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010 (Biblioteca virtual). CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson, 2010 (Biblioteca virtual). MUNHOZ, A. S. Objetos de aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual). MUNHOS, A. S. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual).</p>		

2º Período		
Código: EAD	Disciplina: INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	Carga horária: 40 h
Ementa: Fundamentos de EaD. Organização de sistemas EaD: processo de comunicação, processo de tutoria, processo de gestão, produção de material didático e avaliação. Ambientes virtuais de aprendizagem.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais etapas de desenvolvimento e implementação de cursos EaD.		
Objetivos específicos: Compreender a importância do planejamento didático-metodológico para a utilização adequada de EaD.		
Bibliografia básica: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte . Vol. 1. São Paulo: Pearson, 2009 (Biblioteca virtual). LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte . Vol. 2. São Paulo: Pearson, 2012 (Biblioteca virtual). CORTELAZZO, I. B. C. Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação à distância . Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual).		
Bibliografia complementar: MILL, D. Docência virtual: uma visão crítica . Campinas: Papyrus, 2015 (Biblioteca virtual). CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação . São Paulo: Pearson, 2010 (Biblioteca virtual). VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários . Caxias do Sul: Educs, 2010 (Biblioteca virtual). MUNHOZ, A. S. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático . Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual). MUNHOZ, A. S. Tutoria em EAD: uma nova visão . Curitiba: Intersaberes, 2014 (Biblioteca virtual).		

2º Período		
Código: INCLU	Disciplina: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL	Carga horária: 40 h
Ementa: Fundamentos históricos e filosóficos e o paradigma da educação inclusiva. Princípios educativos da equidade e diversidade. O papel do professor diante das questões de identidade. Sexualidade, gênero, raça e etnia como temáticas na formação de professores. Papel dos profissionais da educação em relação às pessoas com deficiência. Educação indígena. Educação do campo. Educação quilombola.		
Objetivos gerais: Conhecer os principais documentos regulamentadores da educação inclusiva. Compreender o conceito de educação inclusiva e suas implicações.		
Objetivos específicos: Identificar os esforços e políticas públicas voltadas para a inclusão. Compreender o papel do professor diante das questões identitárias. Discutir estratégias de valorização da diversidade no ambiente escolar.		
Bibliografia básica: ARROYO, M. G.; ABRAMOWICZ, A. (orgs.). A reconfiguração da escola: entre a negociação e a afirmação de direitos. Campinas: Papyrus, 2009. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 >. Acesso em: 08 ago. 2017. GALVÃO FILHO, T.A.; MIRANDA, T.G. O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador, EDUFBA, 2012. (Biblioteca Virtual) GOES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2007. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.(Biblioteca Virtual) OLIVEIRA, L. de F. M. de. Formação Docente na Escola Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009. ROSA, D. E. G. (Org). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.		
Bibliografia complementar: BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. Política de educação no campo: para além de alfabetização. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. _____. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade/ inclusão e exclusão social / FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação		

Básica, 2007. 4 v.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional De Educação/Conselho Pleno/DF. Brasília, 2004.

BORTOLI, Alexandre. Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica. Formação Continuada em Gênero e Diversidade na Escola/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

FREIRE, Paulo . Ação cultural para a liberdade. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

ROTH, Berenice Weissheimer. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

2º Período		
Código: GESTAO	Disciplina: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: Teorias da organização, gestão escolar e do trabalho administrativo-pedagógico. O cenário sócio-político brasileiro, tendo em vista suas implicações para o trabalho pedagógico: tendências e legislação. Compreender os conceitos de gestão participativa, cultura organizacional e trabalho coletivo. Promover a reflexão crítica sobre a atuação participativa e o papel dos educadores e da comunidade escolar nas práticas de organização e gestão da escola.</p>		
<p>Objetivos gerais: Conhecer principais conceitos de organização e gestão escolar.</p>		
<p>Objetivos específicos: Identificar os processos, especialidades e atores envolvidos na administração escolar.</p>		
<p>Bibliografia básica: BARTNIK, H. L. S. Gestão educacional. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). WITTMANN, L. C.; KLIPPEL, S. R. A prática da gestão democrática no ambiente escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). WELLEN, H.; WELLEN, H. Gestão organizacional e escolar: uma análise crítica. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual).</p>		
<p>Bibliografia complementar: PALMA, M. S. Organização do trabalho pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). MAIA, B. P.; COSTA, M. T. A. Projeto político pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual). CASTRO, A. P. P. P. A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Biblioteca virtual). PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007 (Biblioteca virtual). RANGEL, M. (Org). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas: Papirus, 2009 (Biblioteca virtual).</p>		

ÊNFASE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2º Período		
Código: HISTOFILO	Disciplina: História e fundamentos sócio filosóficos da educação profissional	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: História da educação brasileira. História e fundamentos sócio-filosóficos da educação profissional e tecnológica no Brasil. Reformas educacionais. A educação no contexto da redemocratização do país. A criação dos Institutos Federais.</p>		
<p>Objetivos gerais: Conhecer a história da educação brasileira, em especial, a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus fundamentos sócio-filosóficos.</p>		
<p>Objetivos específicos: Compreender os processos de reforma da educação brasileira ao longo das últimas décadas. Identificar aspectos filosóficos e sociais que serviram de alicerce para o estabelecimento da EPT. Promover o debate sobre a democratização do acesso ao ensino público de qualidade. Compreender a escola como um espaço de socialização, inclusão e de formação ética e cidadã.</p>		
<p>Bibliografia básica: PICANÇO, Iracy Silva (Coord.). Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil. Brasília: INEP - Relatos de Pesquisa, n.33, v. 4, 1995. SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n.34, p. 152-180, jan./abr. 2007. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: documento base. Brasília: dezembro de 2017.</p>		
<p>Bibliografia complementar: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional emancipadora. Florianópolis: Perspectiva, v. 19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001. KUENZER, A. Z. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988. SAVIANI, D. Sobre a Concepção de Politécnica. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989. FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: Lima, J. C. F., NEVES, L. M. W. (org.). Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre Educação e Ensino. São Paulo: Moraes, 1983.</p>		

2º Período		
Código: LEGIS	Disciplina: Legislação e políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil	Carga horária: 40 h
Ementa: A reforma educacional dos anos 90. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394, de 1996). Decreto nº 5.154, de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. A expansão da escolarização no Brasil: ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino superior e obrigatoriedade escolar. O compromisso social dos Institutos Federais. Políticas públicas para a educação inclusiva.		
Objetivos gerais: Apresentar as leis e os documentos regulamentares da educação brasileira, especialmente da educação profissional.		
Objetivos específicos: Compreender as políticas públicas voltadas para a expansão da escolaridade no Brasil. Identificar o papel dos Institutos Federais no contexto da democratização do ensino.		
Bibliografia básica: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). (MEC/SETEC). Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, (CNE/CEB). (MEC/SETEC), 2012. KUENZER, A. Z. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, L. et al. (Orgs.) Trabalho e Educação. Campinas/ São Paulo, Papirus/Cedes/Ande/Anped,1992. (Coletânea CBE) FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. Campinas: Educação e Sociedade, vol.26 n.92, Out. 2005.		
Bibliografia complementar: FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, jan./abril 2011. PICANÇO, Iracy Silva. Dez Anos da LDB e a Educação Profissional. Rio de Janeiro: Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 5, n. 3, p. 537-543, nov. 2007/fev. 2008. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: documento base. Brasília: dezembro de 2017. SAVIANI, D. Sobre a Concepção de Politécnica. Rio de Janeiro: Politécnicos da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989. FRIGOTTO, G. A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1984.		

2º Período		
Código: GESTEPT	Disciplina: Estrutura e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Carga horária: 40 h
Ementa: Estrutura dos Institutos Federais. Fundamentos e ferramentas de gestão. Gestão democrática na EPT. A missão e o Projeto Político Pedagógico no contexto das especificidades da EPT. O Plano de Desenvolvimento Institucional. Processos decisórios. Avaliação institucional. A gestão escolar desde o planejamento estratégico até a sala de aula.		
Objetivos gerais: Apresentar a estrutura dos Institutos Federais.		
Objetivos específicos: Compreender os princípios da gestão democrática no âmbito da educação. Reconhecer o papel do Projeto Político Pedagógico na condução da gestão educacional. Identificar o papel do Plano de Desenvolvimento Institucional. Discutir o planejamento democrático e o papel dos órgãos colegiados. Compreender a importância da avaliação institucional para o planejamento e o desenvolvimento institucional.		
Bibliografia básica: HORA, Dinair Leal da. Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papyrus, 1994. BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro (Org.). Interfaces da Gestão Escolar. Campinas: Alínea, 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.		
Bibliografia complementar: VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6 ed. São Paulo: Libertad, 2006. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro org. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		

2º Período		
Código: CUTRAB	Disciplina: Currículo e Trabalho na educação profissional	Carga horária: 40 h
Ementa: Relações entre educação e trabalho. Vínculos entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. As transformações tecnológicas e suas consequências para o mundo do trabalho. Abordagens e componentes de um currículo. Planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação de currículos na EPT. A EPT integrada ao ensino médio e à educação de jovens e adultos. Planos de curso e projetos pedagógicos. Reconhecimento de saberes e experiências. Práticas em EPT e suas implicações no mundo do trabalho. Itinerário formativo.		
Objetivos gerais: Identificar os componentes do currículo e a importância do currículo integrado no contexto da EPT.		
Objetivos específicos: Compreender as relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. Compreender o papel das transformações tecnológicas para o mundo do trabalho.		
Bibliografia básica: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho . São Paulo: Boitempo, 2005. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autentica, 2004. SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (org). Currículo, Formação e Saberes Profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência . Salvador: EDUFBA, 2010.		
Bibliografia complementar: FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje . In: Lima, J. C. F., NEVES, L. M. W. (org.). _____. Trabalho e Conhecimento: dilemas Na Educação Do Trabalhador . São Paulo: Cortez, 2005. SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Capitalismo, trabalho e educação . 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. RAMOS, M. N. (Org.); FRIGOTTO, G. (Org.); CIAVATTA, M. (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições . São Paulo: Cortez, 2005. GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: Artmed, 1998.		

APÊNDICE B – CALENDÁRIO ACADÊMICO

A organização curricular, ao longo do curso, é apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 – Calendário acadêmico.

1º PERÍODO		
JAN	Férias docentes	
FEV	-----	
MAR	Metodologias de ensino e aprendizagem	
ABR	Ciências cognitivas na educação	
MAI	Teorias de aprendizagem	
JUN	Seminários temáticos	
2º PERÍODO		
JUL	Férias docentes	
AGO	Tecnologias e comunicação na educação	História e fundamentos sócio filosóficos da educação profissional
SET	Introdução a educação à distância	Legislação e políticas públicas para a EPT
OUT	Educação inclusiva e especial	Estrutura e gestão da Rede Federal de EPT
NOV	Organização e gestão escolar	Currículo e trabalho na educação profissional
DEZ	-----	-----
3º PERÍODO		
JAN	Férias docentes	
FEV	Trabalho prático de conclusão de curso	
MAR		
ABR		
MAI		
JUN		
4º PERÍODO		
JUL	Férias docentes	
AGO	Recebimento do parecer de aceite para publicação	
SET		
OUT		
NOV		
DEZ		

Fonte: os próprios autores.

APÊNDICE C – REGULAMENTO DO CURSO

CAPÍTULO 1 – DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º. O curso de Pós-Graduação em Docência, do IFMG *Campus Arcos*, é guiado pelo regimento geral dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Minas Gerais.

PARÁGRAFO ÚNICO. É de responsabilidade do estudante conhecer o regimento geral da pós-graduação *lato sensu* divulgado no sítio institucional do IFMG e/ou do IFMG *Campus Arcos*.

Art. 2º. O curso de Pós-Graduação em Docência visa qualificar técnica, científica e culturalmente seus egressos, formando especialistas aptos para transformações educacionais e sociais.

CAPÍTULO 2 – DAS INSCRIÇÕES

Art. 3º. Podem se candidatar no curso de Pós-Graduação em Docência os portadores de diploma de cursos superiores emitidos por instituições nacionais, legalmente válidos, ou por instituições estrangeiras, desde que os diplomas sejam reconhecidos no Brasil.

Art. 4º. A seleção dos candidatos se dará por processo seletivo simplificado, com regras definidas anualmente pelo colegiado do curso, amplamente divulgado no sítio institucional do IFMG e/ou do IFMG *Campus Arcos*.

CAPÍTULO 3 – DAS MATRÍCULAS

Art. 5º. Têm direito a matrícula inicial no curso os candidatos inscritos que forem aprovados e classificados dentro do limite de vagas para cada linha de atuação, conforme definido pelo edital de seleção.

Art. 6º. Assim como a primeira matrícula, as matrículas intermediárias, para os períodos subsequentes do curso, são de responsabilidade do aluno, em conformidade com os prazos divulgados pela coordenação do curso.

PARÁGRAFO ÚNICO. A matrícula a cada período é obrigatória e de responsabilidade do estudante. A não efetivação da mesma dentro do prazo estabelecido pelo edital de seleção e/ou avisos institucionais implica na perda da vaga.

Art. 7º. Ao aluno é permitido solicitar, a qualquer tempo, o cancelamento ou o trancamento de matrícula, neste caso, por um período máximo de um (1) ano. Uma vez reativada a matrícula um novo trancamento não poderá ser solicitado.

CAPÍTULO 4 – DA CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 8º. O curso de Pós-Graduação em Docência terá duração mínima de 18 meses e máxima de 24 meses. O não cumprimento de todas as exigências para conclusão, dentro deste prazo, implicará em perda da vaga.

Art. 9º. O aluno que receber parecer favorável para publicação de artigo em qualquer periódico com avaliação Qualis/CAPES B5, ou superior, nos estratos “ensino” ou “interdisciplinar” fica automaticamente dispensado da defesa pública do trabalho de conclusão de curso.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ao aluno que receber um parecer desfavorável para publicação de artigo em qualquer periódico com avaliação Qualis/CAPES B5, ou superior, nos estratos “ensino” ou “interdisciplinar” e desejar uma nova tentativa poderá solicitar, sob análise do colegiado, relaxamento de até 180 dias do prazo previsto no Art. 8º, caso ele expire.

Art. 10º. Só é permitida a defesa pública do trabalho de conclusão, perante banca composta por três professores (sendo um o orientador), àqueles casos em que o aluno obtiver pelo menos um parecer desfavorável em qualquer periódico com avaliação Qualis/CAPES B5, ou superior, nos estratos “ensino” ou “interdisciplinar”.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para defesa pública, o aluno deverá entregar à banca examinadora, definida pelo seu orientador, uma versão impressa do seu relatório final, redigida conforme manual de normalização para textos acadêmicos, disponível no sítio do IFMG *Campus Arcos*, com antecedência mínima de 15 dias à defesa. A versão final aprovada, após correções, deve ser entregue 15 dias após a defesa e aprovada pelo orientador. O aluno que realizar defesa pública perante banca, receberá em comum acordo da banca o parecer “aprovado” ou “reprovado”. O aluno reprovado poderá solicitar, sob análise do colegiado, relaxamento de até 180 dias do prazo previsto no Art. 8º, caso ele expire.

CAPÍTULO 5 – DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Art. 11º. O aproveitamento nas disciplinas é avaliado por meio de provas, trabalhos ou seminários, a critério do professor responsável, sendo pelo menos uma avaliação presencial.

Art. 12º. A verificação do rendimento é feita mediante a atribuição de notas em uma escala de zero (0) à cem (100) pontos, sendo necessário sessenta (60) pontos para aprovação, não havendo sistema de recuperação ou segunda chamada. É necessário também 75% de presença nos encontros presenciais e atividades à distância, nesse caso, avaliadas segundo o envolvimento do aluno e critérios definidos pela coordenação do curso.

Art. 13°. Duas reprovadas em uma mesma disciplina ou a não conclusão de todas as atividades obrigatórias previstas dentro do prazo regulamentar, esgotadas as possibilidades de relaxamento de prazo, implica no desligamento automático do aluno do curso.

CAPÍTULO 6 – DA CERTIFICAÇÃO

Art. 14°. Fará jus a certificação de Especialista em Docência o aluno que concluir com média igual ou superior a sessenta (60) pontos todas as disciplinas e obter “aprovação” no trabalho de conclusão previsto neste regulamento.

Art. 15° O aluno que não concluir todos os requisitos obrigatórios para certificação final poderá requerer, junto à coordenação do curso, declaração das disciplinas cursadas.

CAPÍTULO 7 – DAS TAXAS E SERVIÇOS

Art. 16°. Sob anuência do colegiado de curso e havendo embasamento legal poderá haver cobrança de mensalidade e ou outros encargos relativos a oferta deste curso. Nos casos em que o curso for ofertado gratuitamente, a carga horária dos docentes pode, a critério da direção dos seus *campi* de origem, serem contempladas no seu planejamento de atividade docente.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para fins de organização dos processos seletivos simplificados, uma taxa de inscrição, definida pelo colegiado do curso, poderá ser aplicada.

CAPÍTULO 8 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17°. Para a oferta do curso sem cobrança de mensalidade, o *Campus Arcos* se reserva ao direito de não conceder pró-labore ou afins para os professores e técnicos envolvidos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Aos docentes colaboradores, no caso de gratuidade do curso, é garantido o direito a transporte e diárias.

Art. 18°. Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso e, em última instância, pela diretoria de pós-graduação do *campus* ou órgão equivalente.